



PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

ARAGUAÍNA 2024

Projeto de Autoavaliação Institucional

MISSÃO UFNT

Formar cidadãos responsáveis e profissionais competentes na produção de conhecimentos para um desenvolvimento regional sustentável.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação das Instituições de Educação Superior desempenha um papel crucial no desenvolvimento acadêmico e institucional, promovendo o aprimoramento contínuo de todos os envolvidos na comunidade acadêmica. Com base neste princípio, a Universidade Federal de Santa Maria se empenha em estabelecer a Avaliação Institucional como uma prática regular é essencial para assegurar a qualidade e atender às expectativas sociais, conforme os padrões estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Este projeto de Autoavaliação Institucional, que se estenderá de 2024 a 2026, é orientado por um modelo que valoriza a avaliação institucional como o núcleo do processo avaliativo, enfatizando a integração de múltiplos instrumentos sob uma visão holística e respeitosa à diversidade da universidade. A Comissão Própria de Avaliação (CPA), um órgão autônomo e regulamentado dentro da instituição, liderará este processo, assegurando a aderência às práticas avaliativas que envolvem não apenas a medição de desempenho, mas também a reflexão crítica sobre a missão e as funções da universidade.

Com a implementação desta proposta, espera-se não apenas fomentar uma cultura de avaliação participativa, mas também fortalecer o compromisso com a melhoria contínua através de um diálogo construtivo entre estudantes, docentes, gestores, egressos e a sociedade. Este processo multidisciplinar e cooperativo é fundamental para a identificação de desafios e potencialidades, permitindo que a universidade responda de maneira eficaz às demandas contemporâneas científicas e sociais.

Por fim, este projeto visa não só a autoavaliação contínua e a prestação de contas à sociedade, mas também estimula a participação ativa de toda a comunidade universitária

na concepção e no desenvolvimento de ações educacionais estratégicas. A participação efetiva de todos os segmentos é vital para garantir a entrega de um serviço educacional de alta qualidade e relevância social e científica.

1.2 HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UFNT

A Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) nasceu do desejo coletivo de professores e técnicos administrativos que acreditavam que uma universidade centrada no norte do estado do Tocantins poderia ser mais eficiente em termos de gestão acadêmica e administrativa. Após um longo período de luta, viagens a Brasília e articulações para engajar representantes políticos, a UFNT foi finalmente criada em 2019, através da Lei nº 13.856, de 8 de julho de 2019, resultado do desmembramento de *campi* da Fundação Universidade Federal do Tocantins. A nova universidade inclui os *campi* de Araguaína e Tocantinópolis, e a lei também criou os *campi* de Xambioá e Guaraí para integrar a UFNT, estes ainda não instalados.

No processo de instalação, a UFNT contou com a tutoria da UFT. Em 13 de maio de 2020 foi publicada a portaria com a nomeação da Comissão Central de transição e dos Grupos de Trabalho para a transição UFT/UFNT. Em 9 de julho de 2020 o Professor Airton Sieben do Curso de Geografia no Câmpus de Araguaína foi nomeado reitor pro tempore da UFNT.

A universidade possui hoje um Estatuto aprovado pelo Conselho Superior, bem como seu Regimento Geral e PDI. No processo de transição, o reitor pró-tempore nomeou sete pró-reitores das áreas meio e finalísticas, quatro diretores de centro e outros assessores e diretores, que contribuíram para o desenvolvimento das atividades e a implantação da universidade. Em 18 de abril de 2024, a UFNT assumiu sua autonomia e iniciou um novo ciclo de desenvolvimento acadêmico e institucional, mantendo a colaboração e parceria com a UFT e buscando contribuir para o avanço do ensino e da pesquisa na região.

Em relação a Avaliação Institucional, até 2023 essa ação era realizada conjuntamente entre UFT e UFNT. Processo esse que é sistematizado com vistas a melhoria da qualidade acadêmica e administrativa da instituição. Desde a sua criação, a

UFT tem se dedicado a desenvolver mecanismos de autoavaliação e avaliação externa para garantir a excelência de suas atividades e serviços.

O processo de avaliação institucional na UFT teve início formal em 2004, com a adesão ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Para coordenar e implementar as ações de avaliação institucional, foi criada a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFT. A CPA é responsável por conduzir o processo de autoavaliação, envolvendo a comunidade acadêmica (estudantes, professores e técnicos administrativos) e a sociedade civil.

A UFT realiza ciclos de avaliação trienais, conforme preconizado pelo SINAES. Cada ciclo de avaliação envolve a aplicação de questionários, realização de entrevistas e análise de indicadores de desempenho acadêmico e administrativo. Os resultados dessas avaliações são discutidos em fóruns internos, garantindo a participação democrática da comunidade acadêmica no processo de tomada de decisão.

Essa organização adotada pela UFT é a preconizada pela legislação vigente e, desse modo, o caminho escolhido pela UFNT é o mesmo. A nossa CPA foi instalada em abril de 2024 e a partir de um cronograma estabelecido tem elaborado seus documentos regimentais e se prepara para a realização da coleta de dados com vistas a produção do Relatório de Avaliação Institucional de 2024.

1.3 JUSTIFICATIVA

O processo de autoavaliação da UFNT se propõe não apenas um momento de análise crítica e reflexiva, mas também um ciclo contínuo de aprimoramento e desenvolvimento institucional. Ao chegar à etapa de conclusão desse processo, a instituição não encerra uma atividade, mas tem a oportunidade de inaugurar um novo estágio de implementação de melhorias e ações derivadas das avaliações realizadas. É imprescindível também envolver toda a comunidade acadêmica nesse processo, garantindo a participação ativa dos diversos segmentos da universidade. A transparência, a comunicação efetiva e a colaboração entre docentes, discentes, egressos, técnicos-administrativos, gestores e comunidade externa são fundamentais para o sucesso da implementação das melhorias propostas.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi oficialmente criada por uma Portaria da Reitoria, que define a composição dos seus membros, assegurando a representação obrigatória de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil.

A Universidade Federal do Norte do Tocantins funda-se em um compromisso firme com a inovação e as melhorias organizacionais contínuas, visando adaptar-se às evoluções no ambiente e às transformações nos sistemas de gestão das instituições de ensino superior. Nesse sentido, a autoavaliação é essencial para assegurar que a universidade mantenha padrões de desempenho que atendam às expectativas sociais e fortaleçam sua relevância e credibilidade junto à comunidade.

A autoavaliação é vista não apenas como uma necessidade para o controle de qualidade, mas também como uma prática integral à cultura da instituição, envolvendo ativamente toda a comunidade universitária. O processo não busca confrontar avaliadores e avaliados, mas sim promover uma análise global da universidade, abrangendo suas políticas, práticas e concepções de ensino, pesquisa e extensão, além de melhorar os processos de comunicação e interação com a sociedade e o Estado.

Além disso, o projeto de autoavaliação é estruturado com critérios claros e democráticos, respeitando as particularidades do contexto institucional e promovendo a participação de todos os setores internos. Os resultados obtidos servirão não apenas para informar e engajar a comunidade interna e externa, mas também para orientar reformulações necessárias e apoiar o aprimoramento dos mecanismos de controle, planejamento e gestão universitária.

Esses esforços são vitais para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional, incluindo a melhoria da infraestrutura, a qualificação do corpo docente, a ampliação da oferta de cursos e a eficácia pedagógica, alinhando-se às diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Assim, a autoavaliação institucional não só reafirma o compromisso da Universidade Federal do Norte do Tocantins com a excelência e a transparência, mas também prepara a instituição para contribuir significativamente na formação de profissionais que atenderão às necessidades da sociedade do futuro.

1.4. OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

- Estabelecer o processo de Avaliação Institucional como uma prática permanente e pressuposto para o controle de qualidade na Universidade Federal do Norte do Tocantins, alinhando-a com as expectativas sociais e os requisitos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que enfatiza a avaliação institucional como centro do processo avaliativo, a integração de instrumentos com base em uma concepção holística e no respeito à identidade e à diversidade institucionais.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Promover a autocrítica contínua para assegurar a qualidade e transparência, alinhando as atividades da universidade com as necessidades científicas e sociais atuais.
- Estabelecer compromissos com a sociedade, delineando as diretrizes pedagógicas e os princípios de um programa de avaliação sistemático e participativo, visando à reorganização e fortalecimento das ações universitárias.
- Analisar a interação entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração para um melhor alinhamento e eficácia.
- Auxiliar na reformulação das práticas curriculares e fomentar a integração entre ensino, pesquisa e extensão.
- Aprimorar a gestão institucional, aumentando a eficiência no uso de recursos públicos, reduzindo desperdícios e melhorando a estrutura organizacional para elevar a produtividade em todas as áreas da universidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A avaliação institucional nas instituições de ensino superior (IES) brasileiras, incluindo a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), está fundamentada em um conjunto de princípios e marcos regulatórios que visam assegurar a qualidade acadêmica e administrativa, bem como promover a melhoria contínua dos processos educacionais.

O referencial teórico central que orienta a avaliação institucional da UFNT é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. O SINAES estabelece que a avaliação deve ser compreensiva e integrada, contemplando três componentes principais: a avaliação das instituições, a avaliação dos cursos e a avaliação do desempenho dos estudantes. Essa tríade busca uma visão holística do desempenho das IES, considerando não apenas os aspectos acadêmicos, mas também a gestão institucional, a infraestrutura, as políticas de inclusão, entre outros.

Segundo o SINAES, a avaliação institucional deve considerar dez dimensões, que abrangem aspectos como a missão e o plano de desenvolvimento institucional, a política para o ensino, pesquisa e extensão, a responsabilidade social, a comunicação com a sociedade, as políticas de pessoal, a organização e gestão, a infraestrutura física, o planejamento e a avaliação, as políticas de atendimento aos discentes, a sustentabilidade financeira e a qualidade do corpo docente e técnico-administrativo.

Outro pilar teórico relevante é o princípio da autonomia universitária, previsto na Constituição Federal de 1988. A avaliação institucional é, assim, um processo que deve ser conduzido de forma autônoma, respeitando as especificidades e o contexto da UFNT, mas em consonância com as diretrizes do SINAES e outros normativos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC). Essa autonomia garante que a UFNT possa desenvolver processos avaliativos que dialoguem com sua missão, valores e metas institucionais, ao mesmo tempo em que se alinha às exigências nacionais de qualidade.

A estruturação do questionário da avaliação institucional da UFNT está igualmente, firmemente alicerçada nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que orientam a avaliação de forma compreensiva e integrada. Além disso, respeita o princípio da autonomia universitária, sendo elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), garantindo que o processo seja participativo, formativo e emancipatório. Esses princípios asseguram que a avaliação institucional seja um instrumento eficaz para a melhoria contínua e o desenvolvimento estratégico da universidade, promovendo um ambiente de reflexão crítica e ação coordenada para o aprimoramento da qualidade educacional e administrativa.

A fundamentação teórica da avaliação institucional também se apoia em diferentes perspectivas teóricas da avaliação educacional. Entre as mais relevantes para o contexto da UFNT, destacam-se:

- **A avaliação formativa**, que busca promover a melhoria contínua através de feedbacks constantes e da participação ativa de todos os atores envolvidos.
- **A avaliação emancipatória**, que considera a avaliação como um processo crítico e reflexivo, voltado para a transformação social e educacional.
- **A avaliação participativa**, que valoriza o engajamento da comunidade universitária no processo de avaliação, promovendo um ambiente democrático e colaborativo.

A avaliação institucional não é um fim em si mesma, mas um meio para a construção de uma universidade mais justa, inclusiva e comprometida com a formação integral dos seus discentes e com o desenvolvimento regional. Nesse sentido, a UFNT entende a avaliação como uma ferramenta estratégica para aprimorar suas práticas pedagógicas, administrativas e de gestão, promovendo um ciclo contínuo de reflexão, ação e melhoria.

3 METODOLOGIA

A metodologia da avaliação institucional Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) segue um processo estruturado em três fases principais, conforme delineado pelas orientações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e o Roteiro de Autoavaliação Institucional estabelecido pelo SINAES em 2004. Este processo abrange a preparação, o desenvolvimento e a consolidação da avaliação, e é concebido para ser contínuo e integrado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aos relatórios internos e a outros documentos normativos relevantes. Abaixo apresentamos as fases supracitadas.

Fase 1: Preparação

Nesta etapa inicial, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) se encarrega de planejar a avaliação, definindo os objetivos claros e os indicadores que serão analisados.

A preparação envolve a revisão de documentos oficiais, como diretrizes do MEC e do CONAES, além de relatórios internos e o PDI. Essa revisão ajuda a garantir que a avaliação esteja alinhada com as exigências legais e as metas institucionais.

Fase 2: Desenvolvimento

Durante o desenvolvimento, a CPA implementa a coleta de dados através de instrumentos especialmente desenhados para esse fim. Esses instrumentos são aplicados anualmente à comunidade acadêmica. O método adotado é de natureza descritiva e exploratória, permitindo a partir da tabulação dos dados, uma análise da percepção dos diferentes âmbitos organizacionais da instituição, pelos olhares dos diferentes segmentos que a compõem. Esta fase é crítica para entender a qualidade e a eficácia das várias dimensões institucionais.

Fase 3: Consolidação

A fase de consolidação envolve a análise e interpretação dos dados coletados. A CPA classifica e descreve os resultados, identificando tendências, pontos fortes e áreas de melhoria. Com base nessa análise, são formuladas recomendações para aprimorar políticas e práticas institucionais. Esta etapa também inclui a divulgação dos resultados para a comunidade interna e externa, garantindo transparência e fomentando um diálogo construtivo sobre o futuro da instituição.

3.1 Avaliação Contínua

O projeto de avaliação institucional é contínuo, permitindo ajustes e reformulações ao longo do tempo, com base nos resultados obtidos e nas mudanças no ambiente educacional e social. A periodicidade anual da coleta de dados garante que a instituição possa responder dinamicamente às suas necessidades e às expectativas da comunidade que serve.

Este enfoque metódico e iterativo assegura que a UFNT não apenas mantenha, mas também aprimore constantemente sua qualidade e eficácia, alinhado com as melhores práticas e expectativas de desempenho do setor educacional superior.

3.2 Eixos avaliados

O processo de autoavaliação implantado deverá contemplar as 10 dimensões (conforme quadros a seguir), propostas pelo SINAES, atualmente agrupadas em 05 eixos. A comunidade acadêmica será convidada a avaliar, uma vez por ano, questões referentes aos eixos citados.

EIXOS	DIMENSÕES
Eixo 1: Planejamento e Avaliação	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição;
Eixo 3: Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade; Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes;
Eixo 4: Políticas de Gestão	Dimensão 5: Políticas de Pessoal, Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
Eixo 5: Infraestrutura Física	Dimensão 7: Infraestrutura Física

Fonte: adaptado da Nota Técnica no. 14/2014, CGACGIES/DAES/INEP/MEC.

3.3 Etapas do processo de avaliação

As etapas do processo de avaliação serão detalhadas a seguir.

3.3.1 Sensibilização

A sensibilização da comunidade acadêmica é uma fase crítica no processo de autoavaliação institucional, atuando como o primeiro passo para preparar e engajar todos os membros da instituição. No Instituto Florence de Ensino Superior, esta etapa se foca em uma abordagem integrada que utiliza diversas estratégias de marketing e comunicação para maximizar a participação e a conscientização sobre a importância da avaliação contínua.

3.3.1.1 Estratégias de Sensibilização

Seguem expostas as estratégias de sensibilização pretendidas.

- a. **Integração com Eventos Acadêmicos:** A CPA marca presença nas aulas inaugurais e outros eventos acadêmicos significativos para divulgar o processo de autoavaliação. Essa abordagem permite alcançar um número significativo de estudantes e docentes simultaneamente, fornecendo informações relevantes sobre o processo avaliativo e sua importância para o desenvolvimento institucional.
- b. **Apresentações de Resultados:** São organizadas reuniões com a comunidade acadêmica para apresentar os resultados das avaliações anteriores. Essas reuniões visam demonstrar como o *feedback* dos participantes foi utilizado para implementar melhorias, reforçando o impacto positivo da participação contínua.
- c. **Engajamento de Líderes Setoriais:** Reuniões específicas com os dirigentes dos setores estratégicos são realizadas para garantir que estes líderes não apenas participem do processo por meio de questionários, mas também contribuam ativamente fornecendo dados e relatórios que suportem a avaliação.
- d. **Encontros Pedagógicos Semestrais:** Aproveitando os encontros pedagógicos regulares, a CPA busca integrar sessões de sensibilização, destacando a importância da autoavaliação para as práticas de ensino e aprendizagem.
- e. **Encontro de Egressos:** A realização do primeiro Encontro de Egressos é uma estratégia inovadora para envolver ex-alunos no processo de autoavaliação, valorizando suas perspectivas únicas sobre a instituição e promovendo uma rede de apoio contínuo.
- f. **Comunicação Digital:** A página da CPA é regularmente atualizada com informações relevantes sobre o processo de autoavaliação, servindo como um recurso acessível para toda a comunidade. Informações atualizadas e conteúdo relevante ajudam a manter o processo transparente e aberto.
- g. **Materiais de Divulgação**

Para complementar essas estratégias, a CPA, em colaboração com a Superintendência de Comunicação (SUCOM), desenvolverá materiais de divulgação

visualmente atraentes, como cartazes, que serão afixados em todos os prédios da instituição. Adesivos para identificação das melhorias implementadas nos setores também serão produzidos, visando criar um ambiente visivelmente responsivo às mudanças e melhorias realizadas a partir da autoavaliação.

Essas iniciativas são projetadas para criar um ambiente onde a autoavaliação é vista como um componente essencial e benéfico da vida acadêmica, incentivando uma participação mais ampla e efetiva de todos os segmentos da comunidade universitária. Além disso, a CPA está aberta a adaptar ou introduzir novas estratégias que possam surgir como mais eficazes durante o processo, garantindo flexibilidade e adaptação às necessidades da comunidade acadêmica.

3.3.2 Dinâmica de Funcionamento

Será realizado o planejamento das ações da avaliação anual (Plano de Ação), mediante um Plano de Trabalho que inclua cronograma, distribuição de tarefas e recursos humanos, materiais e operacionais.

3.3.3 Aplicação dos questionários

A aplicação dos questionários é uma etapa que fornece dados essenciais para a elaboração do relatório de autoavaliação. Este relatório compila e analisa todas as informações relativas às diversas dimensões avaliadas, formando a base sobre a qual as decisões estratégicas são tomadas para o redirecionamento e o fortalecimento das atividades institucionais.

a. Desenvolvimento e Distribuição do Questionário

O questionário é cuidadosamente desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) para abranger todas as dimensões relevantes da avaliação, incluindo ensino, pesquisa, extensão, gestão e infraestrutura. Os itens do questionário são projetados para captar tanto avaliações quantitativas quanto qualitativas, permitindo uma análise abrangente das percepções e experiências da comunidade acadêmica.

b. Coleta de Dados

O questionário é distribuído eletronicamente para garantir uma ampla participação e facilitar a coleta de dados. A CPA também pode optar por sessões presenciais em determinados contextos para incentivar a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, incluindo estudantes, docentes, funcionários técnico-administrativos e gestores. A confidencialidade e o anonimato são assegurados para encorajar respostas honestas e construtivas.

c. Análise dos Dados

Após a coleta, os dados são sistematicamente analisados para identificar tendências, pontos fortes e áreas que necessitam de melhoria. Essa análise é complementada por informações de análises documentais e relatórios setoriais produzidos ao longo do ano letivo, oferecendo uma visão detalhada do desempenho e das condições operacionais da instituição.

d. Elaboração do Relatório

As informações coletadas e analisadas são então consolidadas no relatório de autoavaliação. Este documento não apenas resume os achados, mas também oferece uma avaliação crítica do estado atual da instituição e sugere direções para futuras melhorias. O relatório serve como uma ferramenta de consulta vital para a gestão e os setores da IES, orientando a elaboração de planos de ação focados em áreas críticas.

3.3.4 Divulgação dos Resultados

Inicialmente, o resultado do relatório de avaliação institucional será apresentado à gestão superior e aos gestores das Unidades Administrativas da UFNT para conhecimento, ciência e revisão dos seus planejamentos. Após essa fase, o relatório é disponibilizado para toda a comunidade acadêmica, assegurando transparência e

promovendo um entendimento compartilhado dos resultados e das ações a serem tomadas. Este processo não apenas informa, mas também engaja todos os membros da comunidade na missão contínua de aprimoramento institucional.

Após a divulgação pública do relatório de avaliação institucional, será promovido seminários específicos com áreas estratégicas finalísticas e áreas meios, bem como com Diretores dos Centros e Coordenadores de Cursos para apresentação de resultados específicos e planejamento de ações para buscar meios e alternativas para melhoria de resultados. Os seminários serão realizados em calendários e momentos específicos a ser divulgado anualmente pela CPA. o produto final dos seminários específicos será a elaboração de Plano de Ação por Unidade Administrativa da UFNT.

Por meio de metodologia participativa, a UFNT se compromete a manter um ambiente acadêmico que reflita as melhores práticas e atenda às expectativas de sua comunidade, ao mesmo tempo em que responde às demandas de um ambiente educacional em constante evolução.

3.4 Avaliação externa

A avaliação externa é um componente decisivo no contexto da Avaliação do Ensino Superior, conforme estabelecido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Essa forma de avaliação proporciona às instituições de ensino superior (IES) uma perspectiva externa, feita por profissionais designados pelo MEC, que realizam visitas in loco durante processos de autorização, reconhecimento ou credenciamento de cursos.

Esta avaliação é fundamental pois permite que a instituição avalie seu próprio desempenho comparativamente aos padrões e expectativas externas. A partir dos resultados obtidos, a IES pode realizar uma comparação crítica com os dados de suas próprias avaliações internas, o que facilita o desenvolvimento de estratégias focadas no aprimoramento de suas políticas e práticas educacionais. Assim, a avaliação externa não apenas mede a qualidade, mas também incentiva a melhoria contínua dentro das instituições.

Outro aspecto vital da avaliação externa é o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), cujos resultados oferecem insights sobre o perfil e desempenho dos

estudantes em comparação com alunos de outras instituições. Os dados do ENADE são essenciais para que as IES analisem e reflitam sobre a eficácia de suas práticas pedagógicas. Através desta análise, é possível identificar áreas de destaque e pontos que necessitam de melhorias nos cursos de graduação oferecidos.

Os resultados da avaliação externa, com aqueles gerados pela autoavaliação conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), são utilizados como ferramentas de gestão acadêmica. Esta combinação de avaliações internas e externas é fundamental para assegurar que a instituição não apenas forme profissionais qualificados, mas também cidadãos responsáveis e aptos a contribuir e competir no mercado de trabalho moderno.

Portanto, a avaliação externa, em conjunto com as avaliações internas, desempenha um papel essencial na orientação das IES para alcançar a excelência acadêmica e responsabilidade social. Esse processo contínuo de avaliação e reavaliação é crucial para adaptar as instituições às exigências de um cenário educacional e profissional em constante evolução.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior**. Brasília, ago. 2003. 110 p.

BRASIL. INEP. SINAES. CONAES. **Diretrizes para a avaliação das instituições da Educação superior**. Brasília, 2004.

BRASIL. INEP. **Roteiro de autoavaliação institucional**. Brasília: INEP, 2004.

BRASIL. MEC. CONAES. INEP. **Sugestão de Roteiro do Relatório de Auto-Avaliação**. 2005

BRASIL. MEC. CONAES. INEP. DAES. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. 2017.

SINAES/INEP. **Manual de Orientações para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições**. 2004.